



OBSERVATORIO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO

Revista

OBSERVATORIO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO

Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe · IEALC

ISSN 1853-2713

<https://publicaciones.sociales.uba.ar/observatoriolatinoamericano/>

Volumen 4 · Número 2 (julio-diciembre, 2020)

Neofascismo e neoliberalismo no Brasil do Governo Bolsonaro

Armando Boito

RECIBIDO: 4 de noviembre de 2020

APROBADO: 10 de diciembre 2020

Neofascismo e neoliberalismo no Brasil do Governo Bolsonaro

Armando Boito¹
UNICAMP

Resumen

Este artigo caracteriza o bolsonarismo como uma variante do fascismo, mostra que interesses o Governo Bolsonaro representa e como foi possível que o grupo neofascista chegasse ao poder. Temos dois objetivos distintos. De um lado, analisaremos a conjuntura política brasileira e, de outro lado, procuraremos contribuir para desenvolver o conceito de fascismo, utilizando, nesse caso, a conjuntura brasileira como exemplo.

Palabras clave: *Política brasileira — Governo Bolsonaro — Fascismo — Neoliberalismo*

Abstract

This article characterizes Bolsonarism as a variant of fascism, show what interests the Bolsonaro government represents and how it was possible for the neo-fascist group to come to power. We have two distinct goals. On the one hand, we will analyze the Brazilian political situation and, on the other hand, we will try to contribute to the development of the concept of fascism, using, in this case, the Brazilian situation as an example.

Keywords: *Brazilian politics — Bolsonaro Government — Fascism — Neoliberalism*

A situação política atual do Brasil tem algo em comum com a de outros países da América do Sul após a assim chamada “Onda rosa”, mas tem também muito de particular e essa particularidade se refere ao radicalismo de extrema direita do Governo Bolsonaro. Trata-se de um governo cujo presidente e cujos ativistas de sua base social defendem abertamente a implantação de uma ditadura no Brasil e defendem também os métodos de tortura utilizados pelos regimes ditatoriais. O Governo Bolsonaro combina essa concepção que, como veremos, caracterizamos como fascista, com um neoliberalismo radicalizado, criando uma situação inusitada na história política recente do Brasil.

Desde meados da década de 2010, começaram a se formar na América Latina novos governos conservadores, neoliberais e autoritários, com diferentes combinações desses qualificativos de acordo com o país considerado. Se no Chile e na Argentina, neoliberais e conservadores chegaram ao poder pelo voto popular, no Brasil, diferentemente, tal se deu por intermédio de um golpe de Estado que depôs Dilma Rousseff em 2016, ainda na primeira metade do seu segundo mandato presidencial. Como muitos sabem, foi um

¹ Professor titular de Ciência Política da Universidade de Campinas (Unicamp), Brasil, editor da revista *Crítica Marxista* e autor do livro *Reforma e crise política no Brasil – os conflitos de classe nos governos do PT*. São Paulo e Campinas: editoras Unesp e Unicamp. 2018.

golpe dentro do novo padrão, como já tinha sido o caso do golpe contra o presidente Fernando Lugo do Paraguai em 2012, isto é, uma ação golpista que formalmente segue alguns procedimentos e algumas normas legais, mas que no plano do conteúdo age, de maneira aberta ou velada, desrespeitando-os. Todo processo de impeachment de Dilma Rousseff se baseou numa interpretação extravagante e inusitada da denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, que é parte da legislação que procura perpetuar a política econômica e social do neoliberalismo. Tal interpretação da lei permitiu enquadrar como crime de responsabilidade, isto é, como crime passível de impeachment, um procedimento contábil banal do Governo Dilma Rousseff e, o que é mais importante, procedimento correntemente adotado pelos presidentes da República que a antecederam e também pelos governadores de Estado sem que tais mandatários tivessem sido sequer molestados pelo legislativo.

Esse golpe de Estado, pela dinâmica que o tornou possível e pelas suas consequências, mudou profundamente o processo político brasileiro. Ele colocou em movimento forças conservadoras e antidemocráticas até então adormecidas, desacreditou o voto popular, ensejou o retorno dos militares como atores políticos de primeiro plano, judicializou de modo extremado os conflitos políticos, estimulou conflitos entre os ramos e instituições do Estado e desacreditou a democracia. Foram os políticos profissionais da burguesia, no Legislativo e nos executivos estaduais, que tomaram a iniciativa de desacreditar o voto popular praticamente anulando, ao depor Dilma Rousseff, o resultado da eleição presidencial de outubro de 2014. Desacreditando a fonte de sua própria legitimidade, os políticos profissionais da burguesia abriram as portas para que a burocracia civil – principalmente a burocracia do Judiciário – e a burocracia militar – principalmente o Exército – pudessem assumir o papel de atores políticos de primeiro plano. Os partidos políticos perderam espaço na política brasileira.

O atual presidente da República, Jair Bolsonaro, foi eleito por um micropartido até então sem nenhuma importância na política nacional e, como veremos, governou até junho de 2020 hostilizando o Congresso Nacional e sem demonstrar qualquer interesse em organizar uma base de apoio para o seu governo entre os deputados e os senadores. Cercou-se de militares – hoje, calcula-se que nove mil oficiais das Forças Armadas ocupam cargos de primeiro e de segundo escalão no Governo Bolsonaro. O presidente, durante o primeiro semestre de 2020, fez sucessivas ameaças contra o Congresso Nacional e contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e chegou a discursar várias vezes em manifestações de rua organizadas por grupos de extrema direita que pediam o fechamento dessas duas instituições. Nada disso foi considerado crime de responsabilidade pelo Congresso Nacional. A presidência do Congresso, ocupada pelo

deputado Rodrigo Maia, integrante do partido político – Democratas, ou simplesmente, DEM – oriundo do antigo braço político-partidário da ditadura militar, impediu a tramitação dos inúmeros pedidos de impeachment de Bolsonaro, pedidos esses que se baseavam no fato de o presidente ameaçar pública e ostensivamente as instituições democráticas em flagrante desrespeito à Constituição. O que a casa legislativa e o STF fizeram, em contrapartida, foi pressionar o presidente da República para obter, como de fato obtiveram, um pacto de conciliação. O movimento democrático e popular tem assistido, derrotado e na defensiva, o desenvolvimento dessa conjuntura.

Veremos no final deste artigo a evolução da situação política brasileira, que transitou do acirramento do conflito entre a direita fascista e a direita tradicional, para um pacto de conciliação entre essas duas forças. Antes disso, vamos indicar porque caracterizamos o bolsonarismo como uma variante do fascismo, que interesses o Governo Bolsonaro representa e como foi possível que o grupo neofascista chegasse ao poder. Nesse percurso, faremos, alternativamente, dois movimentos distintos. De um lado, analisaremos a conjuntura política brasileira, procurando contribuir neste dossiê para a compreensão do momento atual da América Latina. Mas, de outro lado, procuraremos também contribuir para desenvolver o conceito de fascismo, utilizando, nesse caso, a conjuntura brasileira como exemplo. O nosso texto contém, portanto, dois objetivos distintos e nós esperamos que essa dualidade não o prejudique.

Quando é que podemos falar em fascismo?

Vamos fazer algumas referências polêmicas para esclarecer nossos leitores sobre a nossa posição. Muitos autores recusam a utilização do conceito de fascismo para caracterizar qualquer corrente de extrema direita da atualidade. Essa recusa provém de motivos e argumentos que variam de uma tradição teórica para outra e de um autor para outro.

Nesse debate, há a recusa empiricista e historicista da utilização do conceito de fascismo na atualidade. O conhecido historiador do fascismo italiano, Emilio Gentile, entende que o fascismo é um movimento e um regime político que existiu na Itália entre 1919, quando é criado o movimento fascista, e 1945, quando esse regime é definitivamente derrubado. Gentile é um empiricista. Recusa a distinção entre conceito e fenômeno histórico. Afirma ele: o conceito de fascismo é a própria história do fascismo e esse não teve predecessores

no século XIX e nem terá réplicas no século XXI (Gentile, 2019)². A plena identidade entre conceito e fato histórico contida nessa afirmação impediria, caso aceitássemos tal identidade, que utilizássemos outros conceitos como, apenas para exemplificar, os conceitos de democracia e ditadura que servissem para caracterizar diferentes democracias e diferentes ditaduras que conhecemos ao longo da história. A ciência política seria impossível. Outra variante empiricista da recusa da utilização do conceito de fascismo para caracterizar qualquer corrente de extrema direita atual é aquela que encontramos em autores como Enzo Traverso (2019 e 2019). Traverso fala em “pós-fascismo”. Procede da seguinte maneira: seleciona algumas características do fascismo original e se põe a discutir se elas estariam ou não presentes na extrema direita contemporânea. Conclui afirmativamente para algumas dessas características e negativamente para outras. Esse procedimento se concebido como procedimento inicial e limitado para ajudar na mera identificação de um problema pode ter alguma utilidade mesmo que muito restrita, mas ele é um procedimento errôneo se for concebido como o próprio processo de caracterização do fenômeno estudado. Para selecionar traços do fenômeno político fascista, nós não partimos – e seria impossível partir – de fatos históricos em estado bruto. Partimos sempre dos dados históricos e, ao mesmo tempo, de algumas generalidades ou de uma teoria sistemática. Portanto, aquilo que vamos selecionar, a relação entre os diferentes traços selecionados, o que é principal e o que é secundário, tudo isso depende também da teoria que mobilizamos. Traverso, diferentemente, faz uma espécie de contabilidade: afirma que extrema direita atual teria uma parte maior ou menor de características do fascismo e outras partes que seriam novas. Em seguida, encontra como aparente solução evadir-se para a expressão de pós-fascismo – expressão que não significa rigorosamente nada. O leitor poderá fazer um exercício para verificar em que resultaria esse método se aplicado pela biologia na identificação e caracterização das espécies.

Voltemo-nos agora para o campo do marxismo. Também aí encontramos autores que recusam a aplicação do conceito de fascismo para a realidade contemporânea. Vamos nos restringir à tese que considera, por razões que iremos indicar, incorreto falar de fascismo nos países dependentes. O equívoco aqui reside, para nós, em amalgamar forma de Estado, regime político e bloco no poder. É preciso distinguir esses três conceitos políticos para encaminhar bem essa questão. Consideremos os conceitos de forma de Estado e de regime político. O primeiro conceito refere-se à ditadura e à democracia, já o segundo, às características das instituições e do processo político no interior de uma determinada

² “La definizione del fascismo è la sua storia. (...) un fenomeno del XX secolo, che non ha avuto predecessori né può avere repliche future.” (Gentile, 2019, p. 126.) (A definição do fascismo é a sua história. (...) um fenômeno do século XX, que não teve predecessores e não pode ter réplicas futuras.)”

forma de Estado – democracia presidencialista, democracia parlamentarista, ditadura militar, ditadura fascista etc. Ambos se referem, portanto, à organização institucional do Estado e do jogo político. Já o conceito de bloco no poder, diferentemente, diz respeito às classes e frações de classe que exercem o poder de Estado numa forma de Estado ou num regime político qualquer. A prova provada de que a organização institucional do poder – forma de Estado e regime político – e as forças que exercem o poder - bloco no poder, hegemonia política – são duas dimensões que devem ser consideradas distintamente, na especificidade de cada uma e na autonomia relativa de uma frente à outra, é que tais dimensões permitem combinações variáveis, mesmo que não sejam – e elas não são – combinações aleatórias. Um mesmo tipo de ditadura, por exemplo, a ditadura militar, ou de democracia, por exemplo uma democracia parlamentarista baseada num sistema pluripartidário não polarizado, pode comportar diferentes blocos no poder e diferentes frações burguesas hegemônicas.

O fascismo deve ser considerado, antes e acima de tudo, um tipo particular de ditadura, isto é, um regime ditatorial específico. Implícita ou explicitamente, a grande maioria dos analistas do fascismo admite essa ideia. Pois bem, dentro de certos limites, o bloco no poder e a fração hegemônica nesse tipo de ditadura podem variar³. No fascismo original, a fração burguesa hegemônica foi a grande burguesia imperialista; num país dependente, o fascismo pode, diferentemente, organizar a hegemonia do capital estrangeiro imperialista e da fração associada da burguesia local vinculada de modo subalterno esse capital⁴. Logo, neoliberalismo, que é o programa político que amplia a abertura das economias dependentes ao capital imperialista, e fascismo, que é um tipo particular de ditadura, não são, ao contrário do que afirmam alguns autores, fenômenos excludentes. Como pretendemos mostrar, o Governo Bolsonaro é neofascista e neoliberal.

Os autores marxistas que se propuseram a tarefa de construir um conceito geral, teórico, de fascismo e no qual nos inspiramos são Palmiro Togliatti (2019 [1970]), Leon Trotsky (1968), Dimitrov (1935), Gramsci (1978), Daniel Guérin (1965 [1936]) e Nicos Poulantzas

³ Dizemos “dentro de certos limites” porque, no caso do fascismo, trata-se de uma ditadura que nasce de um movimento reacionário de massa que, por tal razão, será, sempre, um regime antipopular. O mesmo não ocorre necessariamente com as ditaduras militares. Houve ditaduras militares progressistas no período das revoluções burguesas em todos os continentes. (Boito, 2020)

⁴ Discordamos assim de Atilio Boron que, em importante artigo publicado por ocasião do grande debate latino-americano da década de 1970 sobre as ditaduras militares, apresentou como um dos argumentos que impediriam que se falasse em fascismo para os países latino-americanos o fato de tais países serem desprovidos de burguesia imperialista. Boron, tal qual João Quartim de Moraes que também interveio naquele histórico debate, ofereceu argumentos decisivos que permitiram caracterizar tais ditaduras como fenômeno político de novo tipo: a) o controle do Estado pelas Forças Armadas e b) o apoio apenas passivo e difuso de parte das classes trabalhadoras ao regime ditatorial, e não apoio ativo e organizado. Porém, o argumento sobre a composição do bloco no poder nos parece, pelas razões que expusemos, improcedente. (Boron, 2003 [1974]), (Moraes, 1971). Boron e Moraes debatiam com autores como Cueva (1977) e Santos (1977) que sustentavam que as ditaduras do Cone Sul da década de 1970 seriam ditaduras de tipo fascista. Um breve balanço desse debate encontramos em Trindade (1982).

(1970). Não reproduzimos de forma exata o conceito de nenhum deles, mas nos inspiramos diretamente nesses autores. Assim procedendo, trabalhamos com um conceito de fascismo que abarca a forma de Estado (ditadura), o regime político (base de massa mobilizada) e um aspecto particular da composição social do bloco no poder (o seu caráter antipopular). Na fórmula lapidária de Palmiro Togliatti, o fascismo é “um regime reacionário de massa”. Partindo dessa preciosa indicação, vamos ver porque o Governo Bolsonaro deve ser considerado um governo fascista.

O bolsonarismo é uma das espécies do gênero fascismo

O fascismo é um tipo particular de ditadura burguesa e também o movimento e a ideologia que defendem e justificam tal ditadura. O movimento bolsonarista no Brasil é um movimento de tipo fascista e esse movimento ocupa posição dominante no atual governo. O que ainda não temos no Brasil é uma ditadura fascista. Temos uma democracia burguesa deteriorada e em crise.

O movimento fascista é um movimento reacionário com base na pequena burguesia e na classe média. O movimento bolsonarista nasceu, como movimento de massa, das grandes manifestações de rua que tomaram conta do país em 2015 e 2016 pela deposição de Dilma Rousseff. É um movimento reacionário de classe média e, mais exatamente, da fração superior da classe média. Agrupa também pequenos proprietários – o segmento muito mobilizado dos caminhoneiros autônomos são fascistas de primeira hora. A antropóloga Isabel Kalil, que vem pesquisando há três anos os manifestantes de direita no Brasil com base em entrevistas realizadas durante as manifestações de rua, arrolou onze elementos de destaque presentes no discurso de Jair Bolsonaro e de seus apoiadores: 1. anticorrupção, 2. anticomunismo, 3. antipetismo, 4. antiesquerda, 5. antifeminismo, 6. antipolíticos, 7. antipartidos, 8. antiaborto, 9. anti-homossexualidade, 10. antiprivilégio, 11. antissistema. (Kalil, 2018). São temas característicos do discurso fascista, tanto do fascismo original quanto do atual, ponderadas, evidentemente, as particularidades de um e de outro momento. Por exemplo, o antifeminismo e o preconceito contra a população LGBT é mais pronunciado no fascismo atual, até porque na atualidade a luta feminista e LGBT são mais fortes que no início do século XX. Também na sua forma, esse discurso é, tal qual no fascismo original, um discurso do contra, no qual predomina a dimensão negativa, característica que é, para Norberto Bobbio, uma característica de fundo do discurso da ideologia fascista (Bobbio, 1997).

É verdade que durante o processo eleitoral de 2018, a candidatura de Jair Bolsonaro ganhou adesão eleitoral de setores populares. Tal se deu devido a vários motivos: à adesão militante das igrejas pentecostais e neopentecostais à candidatura Bolsonaro, que foi uma adesão motivada pelo conservadorismo dos costumes. Os números mostram que foi o voto evangélico que possibilitou a vitória eleitoral do candidato da extrema direita (Almeida, 2019); à insegurança das populações que habitam os bairros periféricos e são vítimas do crime organizado; à prolongada e intensa manipulação política conservadora da corrupção existente no Estado brasileiro; à exploração pela extrema direita do discurso antissistema que é um discurso que foi abandonado pela maioria da esquerda brasileira. Porém, tratou-se de uma adesão eleitoral e moderada. O núcleo duro do bolsonarismo manteve-se na classe média e entre pequenos proprietários (Prandi, 2019; Cavalcante, 2020) que é o que caracteriza o movimento de massa fascista⁵. Por intermédio de suas lideranças políticas, por intermédio de centenas de influenciadores digitais do movimento e por intermédio dos grupos organizados que o compõem, como o grupo denominado “Trezentos do Brasil”, tal movimento proclama abertamente que o seu inimigo principal é o comunismo, ou bolivarianismo, e se coloca o objetivo de eliminar a esquerda do processo político nacional. O próprio Bolsonaro, já na condição de candidato em 2018, proclamou de modo insistente, público e ameaçador que no seu governo a esquerda iria para a cadeia ou para o exílio.

Cabe outra observação sobre a questão da ideologia fascista. Trata-se de uma ideologia pequeno-burguesa como argumentaram autores clássicos do marxismo. No mais das vezes, contudo, esses autores destacam alguns elementos pequeno-burgueses dessa ideologia, mas não procuram detectar sua característica fundamental e deixam a desejar quando a relacionam com o tipo de crise política e de base social que gera o fascismo. Sobre esse tema, recorreremos a um autor não marxista que, evidentemente, examina o problema a partir de outra teoria, mas que fornece uma hipótese que, se retificada, pode ser reaproveitada para uma análise marxista do fascismo. Refiro-me à tese citada mais acima de Norberto Bobbio sobre o caráter fundamentalmente negativo, destrutivo, da ideologia fascista (Bobbio, 1997).

In primo luogo: che il fascismo più che antideologico, come amò sin dal principio presentarsi, sia stato portatore, di un'ideologia negativa o distruttiva, dove cioè

⁵ “Ainda em julho de 2016, quando Lula possuía 22% das intenções de voto, Bolsonaro (ainda no PSC) era o quarto mais indicado, com 7%. Porém, já era o primeiro (19%) entre a faixa de renda familiar entre 5 a 10 salários mínimos (SMs) e acima de 10 SMs (16%). Embora com rejeição alta nas mesmas faixas, em setembro de 2018, Bolsonaro ganhava de Haddad (PT) de 40% a 15% em ambas e, entre eleitores com ensino superior, superava o adversário por 34% a 14%. Na véspera do segundo turno (27/10/18), as intenções de voto (Bolsonaro x Haddad) por faixas eram: 55% a 37% (homens), 41% a 42% (mulheres), 35% x 49% (até 2 SMs), 54% a 34% (2 a 5 SMs), 63% x 28% (5 a 10 SMs); 62% x 31% (acima de 10 SMs) e 55% x 34% (com ensino superior). Em agosto de 2019, as faixas de renda que mais o aprovam (avaliação ótimo e bom) continua entre 5 a 10 SMs (39%) e acima de 10 SMs (37%). Todas os dados são de pesquisas eleitorais do Datafolha.” (Cavalcante, 2020: p. 122)

spiccavano più gli odi che gli amori, dove abbondavano più le negazioni che le affermazioni, tanto che lo stesso Mussolini ebbe a dire che nei primi anni il fascismo non fu partito ma “anti-partito”, anche questo è stato detto e ridetto più volte, provato e confermato in diverse direzioni.” (Bobbio, p. 3) (...) “Questo [il fascismo] è recepito, valutato, giudicato non tanto per le poche, confuse e spesso contraddittorie soluzioni positive che esso proponeva, ma per i suoi innumeri “no” a questo o a quell’aspetto della società, della politica, dell’economia, della mentalità del tempo.

R. DE FELICE, *Introduzione a Il fascismo e i partiti politici italiani*, Bologna, Cappelli, 1966: (pag. 18). (Apud Bobbio, p. 3)

Segundo a nossa análise, o caráter negativo da ideologia fascista decorre da incapacidade hegemônica da pequena burguesia e da classe média nas conjunturas em que nasce o fascismo – e ao dizer isso já retificando a hipótese que importamos de Bobbio para usá-la no terreno do marxismo. Por que incapacidade hegemônica? Como caracterizá-la? Não estamos afirmando que as duas classes sociais citadas são congenitamente incapazes de dirigir todo e qualquer processo político. Afirmamos apenas que tais classes têm sim, dada a sua inserção socioeconômica, maior dificuldade para ocupar o posto hegemônico e que essa dificuldade se apresenta como clara incapacidade hegemônica nas conjunturas em que nascem os movimentos fascistas. De tal sorte que o movimento fascista pequeno-burguês nunca logrou assumir o governo ou implantar um regime ditatorial sem antes ceder a direção à burguesia, ou, dito de outro modo, sem antes ser cooptado politicamente pela burguesia. O movimento social fascista é pequeno-burguês e de classe média, mas o governo e a ditadura fascista são burgueses⁶.

E como caracterizar essa incapacidade hegemônica? Justamente pelo fato de o movimento fascista ser muito claro e seguro para definir os seus inimigos – o comunismo entendido em sentido muito amplo, a democracia burguesa, o feminismo –, mas, ao mesmo tempo, ser vago e confuso para definir o que ele pretende colocar no lugar. E por que? Porque o que ele pretende colocar no lugar é uma utopia reacionária, inviável, e os fascistas intuem essa inviabilidade. Aspiram uma sociedade capitalista sem movimento operário e popular organizado, aspiram o retorno das mulheres ao confinamento do trabalho doméstico, a volta da população LGBT à invisibilidade e assim por diante. Vem daí o seu irracionalismo e negacionismo. Quem pleiteia o impossível necessita negar a realidade e o conhecimento objetivo. Esse negacionismo é pronunciado no fascismo atual na sua atitude diante da pandemia de Covid-19. Decorrem daí, também, as teses esdrúxulas contra a esfericidade do planeta Terra e outras. São pequenos burgueses e trabalhadores de classe média atormentados, entendendo a expressão “atormentados” ou “desesperados” como uma noção prática que indica a seguinte situação política e social:

⁶ A República Social Italiana, mais conhecida como República de Salò, é uma exceção que confirma a regra. Nessa última fase do já combalido e territorialmente mutilado regime fascista italiano, o movimento fascista pequeno-burguês liberou-se, em grande parte, da tutela da burguesia italiana, mas só o conseguiu porque se colocou sob a tutela das tropas de ocupação de Hitler. (De Vito, 2020)

eles sentem um mal-estar social, mas ignoram as suas causas e, mais ainda, o modo de superar tal mal-estar. São presas fáceis para a cooptação da burguesia. Um governo ou ditadura fascista não atende a interesses econômicos e sociais da base de apoio do fascismo, mas a interesses da burguesia e principalmente da fração burguesa hegemônica no bloco no poder. Como afirmou Poulantzas, a pequena burguesia é uma das primeiras vítimas da política econômica e da política social do fascismo e passa a “viver de ideologia” (Poulantzas, 1970). Nessa nossa tentativa de análise da ideologia fascista, a cadeia causal é a seguinte: mal-estar pequeno-burguês e de classe média ao perceberem uma ameaça de descenso econômico e social e de desestruturação da ideologia patriarcal com a qual organizavam o seu universo social, aspirações restauradoras reacionárias utópicas, irracionalismo e negacionismo da realidade (adversa) para esconder aos próprios olhos a inviabilidade de suas ambições –o irracionalismo fascista – e, em decorrência desse negacionismo, a atitude predominantemente negativa e destrutiva.

O movimento fascista brasileiro contemporâneo não possui um partido de massa. O Brasil não tem essa tradição. O fascismo da Ação integralista Brasileira (AIB) na década de 1930, o Partido Comunista na década de 1940 e o Partido dos Trabalhadores na década de 1980 iniciaram uma caminhada nessa direção, mas logo se desviaram ou foram obrigados a se desviar desse caminho – o PCB foi jogado na ilegalidade em 1947 assim que se iniciou a Guerra Fria. O que o fascismo atual possui sim é uma base social reacionária mobilizada, apresentando, portanto, o elemento fundamental na definição do fenômeno fascista. Essa base social é mobilizada por intermédio dos meios de comunicação digitais, principalmente as redes sociais (Filgueiras e Druck, 2020). O bolsonarismo possui centenas de influenciadores digitais, segue um ideólogo, o escritor Olavo de Carvalho, que é de forma incontestável o principal intelectual do movimento. Ele reside nos Estados Unidos, mas por meio de cursos de filosofia e política realizados a distância formou milhares de intelectuais e militantes do movimento. A sua atuação remonta à década de 1990. Em 2002 criou o site *Mídia sem Máscara* que, desde então, é uma fonte permanente e muito lida de doutrinação fascista (Patschiki, 2012). Outras instituições, como o Instituto Borborema, oferecem cursos de formação conservadora e/ou fascista.

Essa rede organizativa e de formação ideológica debate os rumos do governo, faz bem-sucedidos movimentos de pressão para obter determinadas decisões políticas de Bolsonaro e para obter inclusive a deposição ou a nomeação de ministros. Tudo isso faz parte do dia-a-dia da administração Bolsonaro e é acompanhado com atenção pela grande imprensa. No momento em que escrevemos, Bolsonaro criou um grande conflito político, inclusive com o grupo militar do seu governo, para atender a sua base social. Ele, pressionado por essa base por intermédio das redes sociais, anulou um acordo que o seu

governo fizera com o governo do Estado de São Paulo para a produção e distribuição no Brasil de uma vacina contra o corona vírus. A campanha contra o acordo deveu-se ao fato de ele envolver um laboratório chinês que é a empresa que criou a vacina e tem a sua patente. Os bolsonaristas acreditam que o vírus foi produzido em laboratório na China como parte de um plano dos comunistas para dominarem o mundo. Não querem que, agora, a China lucre com o mal que ela própria causou. O intelectual fascista Percival Puggina manifestou-se sobre a questão em artigo intitulado “Vacina chinesa, não” no site *Mídia sem Máscara* (Puggina, 2020). Muitos creem também que a vacina chinesa é a segunda etapa do plano: introduzir na população um chip que permitiria controlá-la. Recuar de decisão já tomada devido à pressão da base por intermédio das redes sociais tem sido algo corrente. A comunicação do governo com a sua base por meio das redes sociais é, portanto, um método de mobilização política e de governo praticado sistematicamente por Bolsonaro. Mesmo sem partido de massa, portanto, o movimento fascista se mobiliza e tem influência nas decisões políticas.

O Governo Bolsonaro e o tipo de crise política do qual se originou

Desde 2019 quando tomou posse na presidência da República, Bolsonaro tratou de formar um governo com lideranças neofascistas. Além de deter a presidência da República, o grupo fascista controla o Ministério das Relações Exteriores, da Educação, da Cidadania e do Ambiente. Essas pastas foram entregues a ex-alunos de Olavo de Carvalho, a evangélicos conservadores e a quadros egressos da extrema-direita que se integraram ao movimento fascista. Ao lado deles, está o grupo de militares da cúpula do governo, a grande maioria do Exército, reformados e ocupando o posto de general. São militares oriundos da ala extremada da antiga ditadura militar – a chamada “linha dura” da ditadura. Os fascistas e os militares formam a cúpula do governo, não escondem a sua posição antidemocrática e defendem abertamente a ditadura e os torturadores do antigo regime ditatorial. Tanto o presidente Bolsonaro quanto o vice-presidente Gal. Mourão defenderam, em várias oportunidades, de viva voz e por escrito em órgãos da grande imprensa, a figura de um dos principais responsáveis pelo sistema de tortura instaurado no Brasil, e ele próprio um torturador, o Gal. Brilhante Ustra. O Ministério da Economia Bolsonaro entregou a Paulo Guedes, banqueiro e economista ultraliberal doutor pela Universidade de Chicago onde foi aluno de Milton Friedman. Temos aí, portanto, uma equipe governamental compósita: fascistas, militares e neoliberais ligados à direita tradicional. É importante destacar: tal heterogeneidade da equipe governamental não afasta o Governo Bolsonaro do padrão dos governos fascistas. Esses nunca foram

governos “fascistas puro sangue”. Sempre contaram com a participação da direita tradicional (Paxton, 2004). E essa composição heterogênea faz parte, digamos assim, do DNA dos governos fascistas: o fascismo como movimento é diferente do fascismo no governo e é exatamente essa metamorfose que exige composição política. Vejamos.

Tal qual o fascismo original, o fascismo brasileiro é, como já indicamos, um movimento pequeno-burguês e de classe média. Para chegar ao governo esse movimento dependeu, também da mesma maneira que o fascismo original, de uma força externa e superior que lhe abrisse caminho. Na Alemanha e na Itália das primeiras décadas do século XX, essa força foi a fração monopolista e imperialista da burguesia daqueles países. No nível econômico, o capital monopolista já tinha obtido o predomínio frente ao médio capital do período concorrencial, mas, no nível político, o capital monopolista ainda não lograra controlar a política econômica, social e externa do Estado, isto é, ainda não lograra obter a hegemonia política no interior do bloco no poder. Alçou-se à condição de fração hegemônica quando cooptou o movimento fascista pequeno-burguês e fez dele instrumento da sua hegemonia. Acrescentemos: instrumento nunca completamente passivo. O jovem Gramsci chamou a atenção para esse fato e Nicos Poulantzas qualificou-o teoricamente afirmando que a pequena burguesia é deslocada da condição de força dirigente do movimento fascista para a condição de força subalterna, embora ativa, de mera classe-apoio de tais regimes⁷. No Brasil da segunda metade da década de 2010, a força externa e superior que cooptou o movimento fascista pequeno-burguês e de classe média foi o capital imperialista e a fração da burguesia brasileira a ele integrada, a burguesia associada.

A aliança do imperialismo com essa fração burguesa tinha sido a força hegemônica no bloco no poder na década de 1990 sob os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O seu programa era a instauração no Brasil do modelo econômico capitalista neoliberal modelo que já imperava nos principais países da América Latina: abertura comercial, desregulamentação financeira, privatizações, retirada de direitos dos trabalhadores. No plano partidário, o assim denominado Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido de Cardoso e que, convém informar o leitor estrangeiro, nunca tivera nada a ver com os partidos socialdemocratas, era a vanguarda desse programa no Brasil (Boito, 2018). Havia uma fração burguesa que rivalizava com a burguesia associada.

⁷ O jovem Gramsci escreveu em artigo intitulado “La caduta del fascismo” e publicado no *L'Ordine Nuovo* de 15 de novembro de 1924: “Alla base di tutto vi è il problema stesso del fascismo, movimento che la borghesia riteneva dovesse essere semplice ‘strumento’ di reazione nelle sue mani ed invece, una volta evocato e scatenato, è peggio del diavolo e non si lascia più dominare, ma va avanti per conto suo.” (Gramsci, 1978, p. 264) (“Na base de tudo está o problema mesmo do fascismo, um movimento que a burguesia considerava que deveria ser uma simples ‘instrumento’ de reação em suas mãos e, em vez disso, uma vez evocado e desencadeado, é pior do que o diabo e não se deixa mais dominar, mas vai em frente por conta própria.”)

Tratava-se da fração que temos denominado grande burguesia interna, utilizando livremente um conceito elaborado por Nicos Poulantzas (1974). São grandes empresas, predominantemente nacionais, dos segmentos bancário, industrial, agrícola e comercial que, embora unidas ao imperialismo, também rivalizavam com ele. Essa grande burguesia interna ocupava sob os governos Cardoso posição subordinada no bloco no poder. Ao longo da década de 1990, os conflitos da grande burguesia interna com pontos importantes da plataforma neoliberal foram se agravando. Tal processo ocorreu *pari passu* com outro que se passava fora do bloco no poder.

O Partido dos Trabalhadores (PT), que tinha um programa de reformas estruturais da sociedade e da economia brasileira, após ser derrotado em duas eleições presidenciais seguidas, foi, gradativamente, rebaixando esse programa até convertê-lo, ao longo da segunda metade da década de 1990, num programa desenvolvimentista moderado. Com a grande burguesia interna, à direita, e o PT, à esquerda, dando, ambos, um passo em direção ao centro, aconteceu que vieram a se encontrar em posições próximas no final da década de 1990 e início da década de 2000. O PT pôde então constituir os seus governos que nós denominamos neodesenvolvimentistas – a política desenvolvimentista possível dentro dos limites do modelo capitalista neoliberal que os governos do PT decidiram manter (Boito, 2018). Essa trajetória do PT descontentou a esquerda, mas descontentou também, e mais ainda, o imperialismo e a burguesia associada cuja hegemonia foi gradativamente substituída pela hegemonia da grande burguesia interna. É esse o quadro no qual se deu o golpe do impeachment contra Dilma Rousseff em 2016. Esse golpe foi o último ato de uma longa ofensiva política restauradora da burguesia associada e do imperialismo contra os governos neodesenvolvimentistas do PT.

Inicia-se com o Governo Michel Temer (2016-2018) uma política neoliberal agressiva cujo objetivo era desmontar o que fora feito nos dois governos Lula (2003-2010) e nos dois governos Dilma (2011-2016). Aprovou uma reforma trabalhista que mutilou o direito do trabalho no Brasil (Krein, 2018) e uma emenda constitucional que congelou, em termos reais, o gasto do Estado com investimento e política social por vinte anos. Foi o encerramento do ciclo de governos neodesenvolvimentistas do PT, o fim da hegemonia da grande burguesia interna e o fim da frente política neodesenvolvimentista que os governos do PT tinham construído envolvendo as classes populares e que tinha permitido melhorias nas condições de vida de seus diferentes segmentos.

Porém, a burguesia associada, que chegara ao poder pelo golpe de Estado em 2016, tinha um grande problema pela frente: ela não dispunha de candidato competitivo para a eleição presidencial de 2018. A grande imprensa burguesa, até então muito animada com

as reformas neoliberais implantadas pelo Governo Temer, como a aprovação da reforma trabalhista e da emenda constitucional que limita, exceto para a rolagem da dívida pública, os gastos do Estado, essa imprensa publicou inúmeras matérias alarmistas sobre o risco que a eleição presidencial de 2018 poderia significar para a continuidade da política econômica neoliberal. Ou seja, a burguesia passou a perceber a democracia como estorvo e perigo. Quando o Judiciário e as Forças Armadas, agindo conjuntamente, condenaram Lula sem provas e impediram a sua candidatura presidencial, procuravam uma solução para o atormentador problema do voto popular que tanto afligia a burguesia. Esse foi o primeiro passo. O segundo e decisivo a grande burguesia daria com as suas próprias pernas. Tratou de atirar ao mar os seus próprios candidatos. Alguns meses antes do pleito, já estava claro que Geraldo Alckmin (PSDB) e Henrique Meirelles (MDB), que eram os candidatos dos partidos burgueses mais importantes e tradicionais, não tinham qualquer chance de vencer. A apuração viria confirmar essa avaliação. A soma da votação em Geraldo Alckmin e em Henrique Meirelles não ultrapassou 6% dos votos no primeiro turno da eleição presidencial de 2018. A situação era tal que muito se assemelhava ao tipo de crise política que precede a formação de governos fascistas.

De fato, os elementos mais importantes da crise política brasileira reproduziram, em condições históricas novas, o tipo de crise política que Poulantzas caracteriza como crise geradora de governos fascistas (Poulantzas, 1970, pp. 69-143). Em primeiro lugar, uma conjuntura caracterizada por uma sequência de derrotas do movimento operário e popular e pela consequente posição defensiva desse movimento. O fascismo original não foi uma resposta direta e imediata à ameaça de revolução (Guérin, 1965), ele instaurou-se no poder na sequência de governos conservadores que o antecedem e preparam o caminho para a sua ascensão. No Brasil, a sequência de derrotas foi representada pela deposição do Governo Dilma, pela perseguição judicial contra Lula, a sua prisão e o impedimento de sua candidatura, tudo isso feito no mais nítido estilo do *lawfare* e sem que o movimento popular tivesse força para reagir à altura. Em segundo lugar, a irrupção de um movimento pequeno-burguês e de classe média reacionário de massa, anticomunista e conservador no plano dos costumes, que é o próprio movimento fascista. Em terceiro lugar, o acirramento das disputas no interior do bloco no poder, que, no Brasil, foi representado pela ofensiva política restauradora da burguesia associada que não hesitou em romper com a democracia para depor o governo que representava prioritariamente, ainda que não exclusivamente, os interesses da fração burguesa rival. Em quarto lugar, elemento muito destacado por Poulantzas, a crise de representatividade e o declínio eleitoral dos partidos políticos burgueses tradicionais. Do declínio eleitoral já falamos. Quanto à representatividade, um grande empresário talvez tenha resumido o sentimento do grande empresariado: “Nós precisamos de um piloto de caça, não do

Alckmin que é piloto de avião de passageiros.” O piloto de caça que foram buscar se chama Jair Bolsonaro.

Somente quando se vê na situação apresentada acima, na qual os seus partidos tradicionais não lhe servem mais e na qual tem diante de si um movimento reacionário de massa marcado por notória incapacidade hegemônica, é somente em tal situação que uma ou mais frações da burguesia necessitam e podem realizar a complexa operação política, não desprovida de riscos, que consiste em cooptar o movimento fascista para impor ou para recuperar uma hegemonia política perdida. Nessa situação, decidem “convocar o diabo”, como escreveu o jovem Gramsci.

O capital imperialista e a grande burguesia associada lançaram-se nessa arriscada operação política no Brasil de 2018. Foram bem sucedidos até o presente. O Ministro da Economia Paulo Guedes manteve e radicalizou a política econômica e social neoliberal herdada do Governo Temer (Bastos, 2019). Impôs uma nova reforma neoliberal da Previdência Social e abriu mais a economia nacional. Não tem logrado ir tão longe quanto pretendia no processo de privatização das empresas estatais ainda restantes. No plano da política externa, o Governo Bolsonaro segue de modo passivo e declarado a política estadunidense (Berringer, Carneiro, Soprijo, Souza e Barros, 2020). O empenho em agradar Trump é tanto, que o governo não hesita em hostilizar a China, principal parceiro comercial do capitalismo brasileiro. A grande burguesia interna, agora em posição subordinada no bloco no poder, faz críticas pontuais a algumas medidas políticas do governo, mas predomina o apoio: o Governo Bolsonaro, além da reforma da Previdência Social, está revogando um após o outro sucessivos direitos trabalhistas. Na fase atual, o que tem predominado, então, é a unidade do campo burguês.

Fascismo e burguesia: unidade, conflitos e conciliação

O governo neofascista de Bolsonaro é burguês e neoliberal, mas a sua base social de apoio ativo é pequeno-burguesa e de classe média. Diferentemente da burguesia, essas camadas intermediárias da sociedade não têm um compromisso sólido com o neoliberalismo. Na verdade, têm outras prioridades, o que perturba o controle da burguesia sobre o governo, posto que foi o movimento daquelas camadas sociais que tornou possível ao imperialismo e à burguesia associada retomarem o controle sobre o Executivo Federal. O Governo Bolsonaro é, assim, marcado por um conjunto característico de conflitos. Destacam-se quatro: a) conflito entre a grande burguesia, que prioriza a realização de novas e mais profundas reformas neoliberais, e o grupo fascista no governo que tem outras prioridades;

b) o conflito entre o grupo fascista no governo, que sabe da importância do apoio da grande burguesia para se manter no poder, e a base social do movimento fascista que não aceita facilmente algumas das medidas que o governo toma para atender a grande burguesia; c) os conflitos entre o governo e as instituições democráticas; d) os conflitos no interior da equipe governamental que, em parte, expressa os conflitos anteriormente citados, e, em parte, representa também a diferença entre o grupo fascista e o grupo militar, que é antidemocrático mas é também avesso à mobilização de massa e à denominada guerra cultural promovida pelos fascistas. O movimento democrático e popular, derrotado e na defensiva, não participa de modo destacado dos principais conflitos políticos da atual conjuntura. Importa observar que o quadro de conflitos apresentados acima é semelhante ao quadro de conflitos típico de um governo fascista e é um quadro que deve ser concebido como parte integrante do próprio conceito de fascismo.

Vejamos como tais relações e conflitos se desenvolvem na conjuntura brasileira. Embora se trate de uma situação conjuntural e, portanto, passageira, uma reflexão sobre ela pode transcender o momento atual. Ela pode contribuir muito para evidenciar características de fundo do fascismo em geral e da espécie de fascismo que está no poder no Brasil.

A reforma da previdência social foi, ao longo de 2019, o principal objetivo da grande burguesia. Toda a grande imprensa e todos os partidos burgueses estavam empenhados na aprovação de tal reforma, mas o presidente da República, não. O Ministro da Economia Paulo Guedes e a sua equipe elaboraram o projeto de reforma, o presidente Bolsonaro encaminhou o projeto ao Congresso Nacional e, em seguida, lavou as mãos. A imprensa passou a denunciar a omissão política do presidente. A presidência da Câmara dos Deputados tomou para si, de forma pública e ostensiva, o comando da luta pela aprovação dessa nova medida contra os trabalhadores. Bolsonaro, quanto a ele, dedicou o ano a outras preocupações e objetivos⁸.

Elegeu o combate ao comunismo, concebido de modo muito amplo e grosseiro, como preocupação principal. Passou a propagandear a virada ideológica e política do Estado brasileiro no cenário internacional, virada que inclui medidas que não agradam grande

⁸ Outra reforma que a grande burguesia cobra do governo é a reforma administrativa. Bolsonaro protelou o quanto pôde o envio desse projeto de reforma ao Congresso Nacional. Por fim, sob forte pressão, acabou enviando um projeto avaliado como muito tímido pela grande imprensa. Recordemos que durante grande parte dos anos em que foi deputado, Bolsonaro defendia as empresas estatais e estava distante da concepção de política econômica neoliberal. Na campanha eleitoral de 2018, ele teve de nomear antecipadamente Paulo Guedes para o Ministério da Economia para poder obter o apoio da grande burguesia que desconfiava muito, e ainda desconfia, da sua conversão ao neoliberalismo. Pelo menos em um ponto fundamental da política neoliberal Bolsonaro demonstra ser convicto e age de modo consequente: a política social de supressão de direitos do trabalho.

parte da burguesia brasileira. Ele e o seu ministro das relações exteriores, Ernesto Araújo, que é discípulo de Olavo de Carvalho, passaram a hostilizar sistemática e ostensivamente o Estado chinês, acompanhando, e até com modos mais agressivos, a atitude de Donald Trump. Ocorre que a China é, de longe, o maior importador de grãos do Brasil. A grande burguesia do agronegócio manifestou publicamente a sua insatisfação com a atitude do Governo Bolsonaro. Entendemos que os grandes proprietários de terra não caminharam para o rompimento com o governo porque esse cumpria as suas promessas de campanha voltadas para essa fração da classe dominante: a) a promessa de permitir que os grandes proprietários se armassem para intimidar e enfrentar os movimentos camponês, indígena e quilombola; b) a promessa de conceder licença para o uso de dezenas de novos agrotóxicos e c) a promessa de afrouxar a fiscalização contra o desmatamento (Forlini, 2020). Ainda no plano internacional, o Governo Bolsonaro hostilizou Cuba e a Venezuela, especulou sobre a transferência da sede da embaixada brasileira em Israel para a cidade de Jerusalém – o que atende o Governo Trump e também as predições teológicas das igrejas pentecostais que o apoiam – e criticou o “globalismo” e as agências multilaterais.

Além dessa atuação agressiva no nível da política internacional, Bolsonaro dedicou-se ao longo de 2019 a cumprir outras promessas de campanha que são caras à sua base de apoio. A grande imprensa burguesa via nessa atividade do presidente da República algo que desviava o governo daquilo que era importante – para a grande burguesia, entenda-se – e censurava o presidente, mas Bolsonaro seguiu em frente. Tomou medidas relativas à liberação da venda e do porte de armas, ao afrouxamento da legislação e fiscalização do trânsito de veículos nas cidades e nas estradas e hostilizou a imprensa de modo agressivo. Cumpria promessas de campanha. A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a pastora evangélica Damare Alves, dedicou-se a combater aquilo que denominam “ideologia de gênero” e o pouco que existe de direito ao aborto no Brasil, assegurado apenas em casos muito excepcionais. Não eram temas muito sérios para grande parte da burguesia e isso podia se ver na leitura da grande imprensa.

Para quem observa de fora, pode parecer descabida, e até pueril, a importância dada pelo presidente da República a algumas das ideias e medidas acima arroladas. Um exemplo é o destaque dado pelo presidente ao afrouxamento da fiscalização no trânsito de veículos. Mas, a importância concedida a tais medidas pode ser explicada se tivermos em mente o que já dissemos sobre a ideologia fascista: a falta de propostas programáticas claras principalmente na área econômica, a importância do autoritarismo (pressão sobre a grande imprensa, venda e porte de armas, defesa de valores patriarcais) e a importância da ideologia entendida como símbolos sociais de distinção da classe média – sobre as leis do trânsito Bolsonaro não se cansou de repetir que elas tiravam o prazer de dirigir e só

serviam para alimentar a “indústria das multas”. Ademais, a reforma da previdência prejudicou a própria classe média bolsonarista, mas essa estava entretida com a compra de armas e com a liberalização do trânsito.

A mesma divergência de prioridades entre o fascismo e a burguesia apareceria no ano de 2020, quando toda a cúpula do Ministério da Fazenda, que o ministro Paulo Guedes trouxera da iniciativa privada, renunciou a seus cargos em protesto contra a morosidade do processo de privatização. Paulo Guedes falou em “debandada” no seu ministério e usou isso como instrumento de pressão sobre a presidência. Porém, nessa época não era a aceleração do processo de privatização que preocupava Bolsonaro. O que ele tinha em mente, e conforme veremos mais à frente, era o confronto com o Supremo Tribunal Federal e com o Congresso Nacional.

Parte da base do bolsonarismo, contudo, não ficou satisfeita com a atuação do presidente. Esperava uma posição mais firme do governo. No jogo de unidade e luta entre o governo fascista, a grande burguesia e a base social pequeno-burguesa do fascismo, uma relação repercute na outra. Os insatisfeitos criticaram a prioridade concedida às reformas econômicas neoliberais em detrimento do combate à corrupção e à denominada “velha política”, que é a expressão pejorativa com a qual o bolsonarismo nomeia a democracia parlamentar e manifesta a sua aspiração por um governo autoritário. Dada a história típica dos governos fascistas, que são governos burgueses oriundos da cooptação de um movimento reacionário que não é burguês, todos esses governos enfrentam, principalmente em suas primeiras fases, aquilo que os estudiosos do fascismo original denominaram “deserções na sua base plebeia” (Guérin, 1965; Poulantzas, 1970; Togliatti, 1970). No caso do neofascismo brasileiro, importantes influenciadores digitais, apoiadores de primeira hora do movimento bolsonarista, abandonaram o governo Bolsonaro – Artur Duval, Nando Moura, Marcelo Brigadeiro e outros. Deputados e senadores do Partido Social Liberal (PSL), o partido pelo qual o presidente se elegeu, também romperam com o presidente. Esse último acabou saindo do PSL. Hoje, está sem partido. O ideólogo maior do fascismo brasileiro, Olavo de Carvalho, aumentou as suas críticas ao governo. A ideia era que 2019 não deveria ser o ano para medidas econômicas importantes, mas sim para medidas políticas a começar por medidas que ampliassem a ocupação dos cargos de Estado pelos intelectuais e quadros políticos do próprio movimento fascista. Caso emblemático do conflito entre a base e o governo fascistas foi o movimento dos caminhoneiros. Os caminhoneiros autônomos militaram desde 2015 pela deposição de Dilma Rousseff; depois, em 2018, apoiaram a candidatura Jair Bolsonaro; em 2019, os caminhoneiros tiveram de engolir a política de preços da Petrobrás que privilegiava os investidores internacionais e era contrária a reivindicação histórica deles.

No ano de 2019, já tinha ficado clara a intenção de o Governo Bolsonaro de impor restrições drásticas ao regime democrático. Em outubro, o deputado e filho do presidente da República, Eduardo Bolsonaro, anunciou que o governo iria editar um ato institucional para estabelecer um regime autoritário – referiu-se ao Ato Institucional número 5 (AI-5) editado pela ditadura militar brasileira em dezembro de 1968. Eduardo Bolsonaro visava com a sua declaração o Supremo Tribunal Federal (STF) que investigava o uso da produção e da divulgação sistemáticas de notícias falsas – as fake News – como arma política. Essa investigação ameaçava o coração do bolsonarismo e envolvia o seu grupo dirigente e a própria família do presidente da República. No Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tramitava um processo que poderia anular a eleição de Jairo Bolsonaro e do seu vice-presidente Gal. Hamilton Mourão. No Rio de Janeiro, o filho do presidente era alvo de investigação sobre desvio de dinheiro público e novamente toda a família presidencial, inclusive a esposa do presidente, mostrava-se envolvida na corrupção. Os indícios eram de isolamento crescente do presidente da República sob o ataque da cúpula do Judiciário. No início de 2020, Bolsonaro decidiu responder com uma ofensiva autoritária que apontava para um golpe de Estado.

O presidente passou a participar de manifestações de rua dos grupos de extrema direita. Nelas, fazia discursos com ameaças ao STF, ao TSE e ao Congresso Nacional. A pandemia de Covid-19 não desmobilizou os grupos de extrema direita. Eram donos das ruas e Bolsonaro discursava para seus apoiadores de modo cada vez mais ameaçador. Grupos bolsonaristas, inclusive grupos armados, passaram a fazer manifestações defronte ao Congresso Nacional e ao STF reivindicando o fechamento dessas instituições. No governo, Bolsonaro assumiu o risco de demitir, contra a opinião do grupo militar, dois ministros que usufruíam de grande popularidade na classe média, Sergio Moro da Justiça e Henrique Mandetta da Saúde, pelo fato de esses dois ministros colocarem obstáculos a algumas de suas pretensões políticas. Moro dificultava a intervenção de Bolsonaro nas investigações da Polícia Federal e Mandetta defendia medidas de isolamento social para conter a epidemia às quais se opunha o presidente. Enfim, o fascismo estava ativo nas ruas e ganhava força no interior da equipe governamental – tanto Mandetta, quanto Moro foram substituídos por ministros dóceis à vontade do presidente. Documentos que vieram à luz pouco depois, revelaram: a) que o presidente queria interferir na Polícia Federal para suspender as investigações de corrupção que envolviam o seu filho e o restante de sua família; b) que pregava o armamento da população para combater governadores de Estado e prefeitos de municípios que decretavam medidas restritivas para conter a propagação da epidemia do novo corona vírus; c) que Bolsonaro chegou a propor à cúpula militarizada do seu governo o fechamento do STF – proposta rejeitada apenas porque a maioria dos militares entendeu que “o momento não era favorável” para tal medida.

Em 18 de junho de 2020, um acontecimento mudou todo o jogo. Foi preso Fabrício Queiroz, o organizador dos negócios escusos e ilegais da família Bolsonaro. Foi nesse momento que o presidente decidiu recuar. Tal decisão revelou que Bolsonaro optara pelo enfrentamento sem dispor de força para tanto. O STF, a maioria do Congresso Nacional e toda a grande imprensa resistiam à sua ofensiva golpista. Foi a direita tradicional, representante orgânica da grande burguesia, quem derrotou a ofensiva autoritária, não o movimento democrático e popular – algumas torcidas de clubes de futebol e militantes de esquerda chegaram a organizar pequenas manifestações em defesa da democracia que não reuniram mais que algumas dezenas de pessoas e foi só⁹.

Considerações finais

A utilização do conceito de fascismo para caracterizar o Governo Bolsonaro não é mero exercício classificatório desprovido de maiores consequências. Tal utilização alerta para o perigo que nos ameaça: a implantação de uma ditadura com base de massa que, além de suprimir as liberdades típicas da democracia burguesa, executaria um cerco de massa contra a esquerda isolando-a. Temos de valorizar a formulação que se depreende da análise de Togliatti: ditadura reacionária com base de massa. A utilização desse conceito de fascismo contribui também para a compreensão da dinâmica do processo político no Brasil atual. Um governo fascista, mesmo quando age dentro de um regime democrático como é o caso do Brasil atual, dispõe de uma base de massa ativa, à qual ele deve alguma satisfação, embora tenha de atender, fundamentalmente, às demandas da grande burguesia, que foi a força que permitiu que o movimento fascista chegasse ao governo. Essas relações, detectadas e esclarecidas pelo conceito marxista de fascismo, geram um processo político característico que a esquerda necessita conhecer para poder nele intervir com clareza e eficácia.

A grande burguesia está, no fundamental, satisfeita com o governo fascista, mas reluta em aceitar a passagem para um regime ditatorial, que era o objetivo para o qual apontavam lideranças importantes do movimento fascista, a começar pelo próprio presidente da República. Com o movimento operário e popular derrotado e na defensiva, a grande burguesia prefere manter a democracia burguesa restringida que se desenhou no Brasil

⁹ As dificuldades para a esquerda são grandes. As pesquisas de opinião têm mostrado um deslocamento na base eleitoral – não estamos nos referindo à base engajada – do Governo Bolsonaro. Desde que instituiu o chamado auxílio emergencial por intermédio do qual cerca de 60 milhões de brasileiros das camadas populares passaram a receber, e em média, meio salário mínimo por mês, a popularidade de Bolsonaro cresceu nos meios populares, inclusive na Região Nordeste do país que é o mais tradicional reduto do lulismo. Em contrapartida, o apoio de Bolsonaro na classe média abastada diminuiu em decorrência das demissões de Sergio Moro, de Henrique Mandetta e da política negacionista diante da epidemia de Covid-19.

desde o golpe de Estado que depôs Dilma Rousseff em agosto de 2016. A resultante, ao que tudo indica, foi que a direita tradicional estabeleceu um acordo com a direita fascista. A tramitação dos processos contra Bolsonaro e sua família no STF, no TSE e na justiça comum é paralisada, o que garante o mandato do presidente até 2022, e Bolsonaro, por sua vez, suspende o ataque às instituições da democracia burguesa. Por algum tempo, parte da esquerda brasileira iludiu-se a respeito do conflito entre a direita fascista e a direita tradicional. Imaginou-o mais profundo do que de fato é. A grande burguesia e a direita tradicional estão satisfeitas com o neoliberalismo do governo.

O tempo nos dirá sobre a sua solidez desse acordo. Enquanto o movimento democrático e popular estiver fraco como se encontra hoje, a chance de ele perdurar é grande. Mas, como toda trégua, o acordo não tem impedido que ocorram escaramuças entre os dois adversários e parceiros.

Bibliografía

- Almeida, Ronaldo. 2019. Bolsonaro presidente. Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos*. Volume 38. Pp. 185-213.
- Bastos, Pedro Paulo. 2019. O programa econômico de Bolsonaro e Paulo Guedes é um grande salto para a recessão. Fundação Lauro Campos e Marielle Franco. Disponível em: <http://www.laurocampos.org.br/2019/07/05/o-programa-economico-de-bolsonaro-e-guedes-e-um-grande-salto-para-a-recessao/>
- Berringer, Tatiana; Carneiro, Gabriel; Soprijo, Gabriel; Souza, Leonardo e Barros, Larissa. 2020. Governo Bolsonaro e os Estados Unidos: o nacionalismo às avessas. *Observatório da política externa e da inserção internacional do Brasil*. Acessível em: <http://opeb.org/2019/06/21/governo-bolsonaro-e-os-eua-o-nacionalismo-as-avessas/>
- Bobbio, Norberto. 1997. *Dal fascismo ala democrazia: i regimi, le ideologie, le figure e le culture politiche*. A cura di Michelangelo Bovero. Milano: Baldini & Castoldi.
- Boito Jr., Armando. 2020. “Porque caracterizar o bolsonarismo como fascismo”, *Crítica Marxista*, número 50. Pp. 111-119. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2020_05_26_14_12_19.pdf
- Boito Jr., Armando. 2007. *Política, Estado e classes sociais*. São Paulo: Editora Unesp.
- Boito Jr., Armando. 2018. *Reforma e crise política no Brasil – os conflitos de classe nos governos do PT*. São Paulo e Campinas: Editora Unesp e Unicamp.
- Boron, Atilio. 2003. “El fascismo como categoria histórica: en torno al problema de las dictaduras en América Latina”. In Atilio Boron: *Estado, capitalismo y democracia en America Latina*. Buenos Aires: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Em: <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/estado/estado.html>.
- Catalano, Franco. 1964. *Potere economico e fascismo – la crise del dopoguerra 1919-1921*. Milano: Lerici Editoria.
- Cavalcante, Sávio. 2020. Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro. *Crítica Marxista*. N. 50. Pp. 121-130.
- Cueva, Agustín. 1977. “La cuestión del fascismo”. *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 39, No. 2 (Abril - Junho), pp. 469-480. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3539774>.
- De Vito, Francesco. 2020. *La Repubblica di Salò: Gli ultimi giorni dell'Italia fascista*. Area51 Publishing. Edição do Kindle.
- Dimitroff, Georgi. 1935. *Working class unity-bulwark against fascism*. Seventh World Congress of the Communist International. New York City: Workers Library Publishers.
- Fernandes, Florestan. 2015. *Poder contrapoder na América Latina*. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular.
- Filgueiras, Luiz e Druck, Graça. 2020. *O Brasil nas trevas. (2013-2020). Do golpe neoliberal ao fascismo*. São Paulo: Boitempo.
- Forlini, Luana. 2020. *O posicionamento dos produtores de soja no contexto da crise política no Brasil – (2014-2019)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Dissertação de Mestrado.
- Gentile, Emilio. 2019. *Chi è fascista*. Bari: Editori Laterza.
- Gramsci, Antonio. 1978. *Sul Fascismo*. A cura de Enzo Santarelli. Editori Internazionali Riuniti.
- Grazia, Victoria e Luzzatto, Sergio. 2019. *Dizionario del fascismo*. Volume I. Milão: Arnoldo Mondadori Editore.
- Guérin, Daniel. 1965 [1936]. *Fascisme et grand capital*. Paris: François Maspero.
- Jaguaribe, Hélio. 1968. “Brasil: estabilidad social por el colonial-fascismo?”. In: Celso Furtado et alii, *Brasil Hoy*. México, Siglo Veintiuno.
- Kalil, Isabel. 2019. *Quem são e no que acreditam os eleitores da Jair Bolsonaro*. <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>

- Krein, José Dari. 2018. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva. Consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, volume 30, n. 1. Pp. 77-104. Acessível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v30n1/1809-4554-ts-30-01-0077.pdf>
- Moraes, João Quartim de. 1971. La nature de classe de l'État brésilien. *Les Temps Modernes*, n°304.
- Patschiki, Lucas. 2012. *Os litores da nossa burguesia – o Mídia sem Máscara em atuação partidária (2002-2011)*. Dissertação de Mestrado. Unioeste – Campus Marechal Cândido Rondon.
- Paxton, Robert. 2004. *The anatomy of fascism*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf.
- Poulantzas, Nicos. 1970. *Fascisme et dictature*. Paris: François Maspero.
- Poulantzas, Nicos. 1974. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris: Seuil.
- Prandi, Reginaldo. 2019. Os 12% do presidente – em que lugar da sociedade habita o bolsonarista convicto? São Paulo: *Jornal da USP*. 13/09/2019.
- Puggina, Percival. 2020. Vacina chinesa, não. *Mídia sem Máscara*. Acessível em: <https://midiasemmascara.net/vacina-chinesa-nao/>
- Saes, Décio. 1987. *Democracia*. São Paulo: Editora Ática.
- Santos, Theotônio. 1977. “Socialismo y fascismo en America Latina hoy”. *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 39, No. 1, (Janeiro - Março), pp. 173-190. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3539794>.
- Togliatti, Palmiro. 2019 [1970]. *Lezioni sul fascismo*. Roma: Editori Riuniti.
- Traverso, Enzo. 2019. Il "post-fascismo" in Europa: un processo di trasformazione politica di cui si ignora l'esito. Il megafono delle idee – ALEGRE. Disponível em: <http://ilmegafonoquotidiano.it/news/il-post-fascismo-europa-un-processo-di-trasformazione-politica-di-cui-si-ignora-lesito> Acessado em 23 de abril de 2019
- Traverso, Enzo. 2019. *Le metamorfosi delle destre radicali nel XXI secolo*. Utopie. Fondazione Giangiacomo Feltrinelli.
- Trindade, Helgio. 1982. “El tema del fascismo en America Latina”. *Revista de Estudios Políticos* (Nueva Epoca). Número 30, novembro-dezembro.
- Trotsky, Leon. 1968. *Revolução e contra revolução na Alemanha*. Rio de Janeiro. Laemmert.